



Exma. Senhora
Dr.ª Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício 2370

SUA COMUNICAÇÃO DE
23-06-2020

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 3513/XIV/1.ª, de 23 de junho de 2020, PS
Deposição de resíduos eventualmente perigosos no Vale da Rosa, Setúbal**

Cate Catarina

Em resposta à Pergunta n.º 3513/XIV/1.ª, de 23 de junho de 2020, formulada pelas Senhoras Deputadas Catarina Marcelino, Maria Antónia de Almeida Santos, Eurídice Pereira, Sofia Araújo, Clarisse Campos, Ana Maria Silva e Joana Bento e pelos Senhores Deputados André Pinotes Batista, Filipe Pacheco, Fernando José, Miguel Matos, Manuel dos Santos Afonso, João Miguel Nicolau e José Manuel Carpinteira do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

1. Está o Ministério que V. Exa. tutela em condições de confirmar a real natureza dos resíduos depositados no Vale da Rosa?

A APA, I.P., em articulação com a IGAMAOT, procedeu no dia 16 de junho à recolha de amostras no local e submeteu aos laboratórios da especialidade para análise, de modo a avaliar a natureza e eventual perigosidade dos resíduos. Os resultados das análises laboratoriais foram conhecidos no início de setembro e permitem concluir que os resíduos que se encontram armazenados no Vale da Rosa, nomeadamente os correspondentes aos pontos que foram objeto de caracterização físico química, são classificados como resíduos perigosos.

2. Foi até ao momento possível determinar se os mesmos são provenientes da operação que ali decorreu no período entre 1987 e 1990 ou se, ao invés, os mesmos têm outra origem?

O depósito de resíduos em causa não corresponde aos resíduos de escórias de alumínio da empresa Metalimex os quais foram removidos e enviados para tratamento na Alemanha em 1997 e 1998. No processo em causa constam 13 relatórios de acompanhamento da empresa Bureau Veritas correspondentes a cada

um dos movimentos de resíduos ocorridos entre maio de 1997 e dezembro de 1998, nos quais se atesta a remoção e transporte das escórias num total de 44.393,75 toneladas.

Consta igualmente no processo um relatório final de avaliação de eventual contaminação de solos, de outubro de 1999, que concluiu não existir contaminação dos solos ou das águas subterrâneas no local onde estiveram depositados os resíduos.

3. Na sequência do muito já efetuado, em tão curto período temporal, caso se venham a verificar riscos para as populações, que medidas prevê o Ministério do Ambiente e da Ação Climática adotar?

Atendendo a que se concluiu tratar-se de resíduos perigosos que apresentam diferentes características de perigosidade, estão a ser efetuadas as necessárias diligências junto da área da saúde para atuação no âmbito das respetivas competências.

Em paralelo, a CCDR-LVT notificou o Millennium BCP para proceder à remoção dos resíduos, estando a decorrer o prazo para o efeito, sendo o proprietário do terreno ainda responsável, nos termos da lei, por encaminhar os resíduos para um destino adequado.

Após a remoção dos resíduos em causa, podem vir a ser definidas outras medidas de atuação consideradas adequadas nomeadamente uma avaliação da qualidade do solo e da água subterrânea.

Com os melhores cumprimentos,



O Chefe do Gabinete



Fernando Carvalho

LM/JP